



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 2/2008

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, nesta cidade de Rio Maior e sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Presidente da Câmara Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, estando presentes os Vereadores Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, Manuel António dos Reis Brites, Eng.^a Maria Inês Maurício, António Manuel Rola, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano e João Teodoro Miguel.-----

INÍCIO

Quando eram dez horas e verificando-se a existência de quórum o Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: Um milhão, oitocentos e catorze mil, seiscentos e noventa e oito euros e oito cêntimos -----

Operações não Orçamentais: Duzentos e nove mil e quinhentos e cinquenta e nove euros e onze cêntimos.-----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada o Presidente havia proferido despachos sobre assuntos emanados da Divisão de Obras Particulares e da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico - os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta.-----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR ANTÓNIO MANUEL ROLA -----

O Vereador António Manuel Rola iniciou a sua intervenção, referindo que na semana anterior recebera telefonemas de dois munícipes, no sentido de ir visitar a Ribeira de S. Gregório, junto ao Tribunal, onde verificara existir uma concentração de água preta em grande quantidade, que exalava um odor, a “mosto de vinho”, ou seja aguardente. Salientou ter feito todo o percurso a pé até encontrar a razão do problema, referindo ter verificado que entre a Casa do Povo, o Pavilhão Desportivo e a Escola Marinhas do Sal existia um cano de esgoto vindo das Caves Dom Teodósio, estando, nesse momento, a sair uma quantidade elevada de água com uma tonalidade avermelhada.-----

Sugeriu que houvesse uma intervenção rápida da Câmara Municipal, porque se estava a colocar em causa a qualidade de vida e o bom ambiente dentro da própria cidade.-----

Referiu, também, que verificara na Rua Dr. João Afonso Calado da Maia, no passeio do Jardim Municipal no sentido do Quiosque para as antigas bombas de combustível que se localizam frente à Santa Casa da Misericórdia, precisamente na ponte da Ribeira de S. Gregório, a existência de um desnível de cerca de 25 cm no passeio e que estava um poste de publicidade e logo a seguir um espaço de estacionamento automóvel, em que os carros ficam encostados totalmente ao passeio. E salientando, por consequência, que se um carrinho de bebé ou um deficiente em cadeira de rodas tentar passar naquele local terá muita dificuldade

em fazê-lo. -----
Informou que os moradores daquela zona haviam referido que, aquando da selagem da bomba de combustível, haviam sido colocados uns bidons no limite dos passeios e as respectivas fitas de isolamento, dificultando a passagem dos transeuntes. Sugeriu, assim, que os bidons sejam recuados cerca de um metro, para que os transeuntes possam utilizar o passeio com segurança. -----

Para terminar a sua intervenção, referiu que as obras da cidade ainda estavam por concluir e que existiam algumas passadeiras dentro da cidade, nomeadamente na Avenida dos Combatentes e junto à sua loja (Av. Paulo VI), que haviam já abatido. -----
Sugeriu que se resolvessem estas situações de forma a evitar problemas graves e sugerindo que se chamasse à responsabilidade quem realizara a obra. -----

VEREADOR, DR. RUI MIGUEL DO CASAL PINTO GERMANO -----

O Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, interveio, referindo que durante mais de 10 anos Rio Maior e outros concelhos se haviam encantado com a ideia da localização do novo aeroporto em Ota, salientando que os mesmos haviam desenvolvido uma série de estratégias em consequência. Referiu que grande parte das apostas do concelho tinham tido por base Ota e que presentemente se sabe que o aeroporto não se irá ali localizar e questionou, então, quais os desafios e ideias que o Executivo camarário tem, para fazer com que Rio Maior continue a ser um concelho atractivo, que consiga produzir postos de trabalho e um concelho onde valha a pena viver. -----

Reiterou a ideia de tornar mais extenso o conceito de “Rio Maior cidade do Desporto”, questionando se seria possível dar os primeiros passos no sentido de verificar se o museu do desporto podia ou não ter lugar em Rio Maior. -----

Salientou, também, que Rio Maior fora noticia nos meios de comunicação social,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

nos últimos dias, não pelas melhores razões, questionando qual o ponto da situação e quais as informações que lhes podiam ser facultadas. -----

VEREADOR MANUEL ANTÓNIO DOS REIS BRITES -----

O Vereador Manuel António dos Reis Brites interveio, informando que estavam a decorrer os trabalhos para a realização das Tasquinhas 2008 e que se procurara fazer uma parceria com a Associação Empresarial do concelho de Rio Maior. Saliu que, como era habitual, a Câmara estava a trabalhar também em parceria com as Juntas de Freguesias e com as Associações. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, iniciou a sua intervenção, agradecendo ao Vereador António Manuel Rola pela informação que dera sobre a poluição da Ribeira de S. Gregório. Referiu que a Câmara tinha alguma responsabilidade em termos de fiscalização, mas que competia ao Ministério do Ambiente zelar e fiscalizar aquela linha de Água e que a GNR tinha uma brigada especializada para detectar aquelas situações. -----

Afirmou que se deveria ter alertado a GNR, porque aquela força policial tem os meios e a possibilidade legal de levantar um auto e detém o conhecimento no domínio jurídico daquelas situações. -----

Referiu que, não obstante, a Câmara também teria de tomar uma posição, salientando que dará conhecimento aos serviços para que os mesmos intervenham nesse sentido. -----

VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, reportando-se à Ribeira de S. Gregório, referindo que os serviços da Câmara, no dia anterior, já haviam detectado uma situação idêntica, tendo-se deslocado ao local para tentar

identificar a saída da descarga que estava a ser feita. Afirmou que os mesmo haviam contactado com a empresa que estava a fazer a descarga e que a mesma se recusara a falar com os serviços, tendo apenas entrado em contacto com uma técnica do Município telefonicamente. Referiu que, posteriormente, os serviços da Câmara tinham contactado com a GNR, dando conhecimento da descarga que estava a ser efectuada. -----

Informou que também ele fizera aquele percurso a pé, no sentido de identificar o local de onde estava a ser feita a descarga. Referiu que essa identificação fora feita e que se iriam fazer os procedimentos legais para que futuramente essas situações não se repetissem. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a intervir, referindo que a GNR e o próprio Ministério do Ambiente tinham um papel muito importante, salientando que a Câmara estaria sempre cooperante e atenta para que estas situações não se voltassem a repetir. -----

Quanto à mobilidade na Rua Dr. João Afonso Calado da Maia, referiu que iria pedir ao Director do DOMAASSU, Eng. Gonçalves, para verificar a situação descrita pelo Vereador António Manuel Rola. -----

Relativamente à zona das bombas de combustível, salientou que o proprietário teria legitimidade para vedar a zona das bombas no que respeita ao espaço privado, não podendo fazê-lo, no entanto, em espaço público. Afirmou que, pelo que entendera, existira uma invasão do espaço público, salientando que os serviços também iriam confirmar e procurar repor a situação. -----

No que respeita às passadeiras, referiu também ter conhecimento de algumas situações identificadas pela fiscalização, salientando que a Câmara tentaria que as empresas que efectuaram as obras procedessem ao seu arranjo e que se isso não acontecesse a Câmara accionaria as garantias bancárias que estavam na sua

posse, para proceder às correcções necessárias. -----

Quanto à questão colocada pelo Vereador Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, no que se refere a Ota, salientou que o concelho tinha realmente expectativas em relação à localização do aeroporto naquela zona. Afirmou que, em princípio, o aeroporto se localizará em Alcochete, segundo a mudança de posição do Governo e salientando a posição que a Câmara de Rio Maior tomara sobre essa matéria na reunião de Câmara passada, reforçando o desagrado do Executivo. -----

Referiu que o concelho de Rio Maior não poderia “cruzar os braços” e teria de ter expectativas para o futuro. Afirmou que existiam outras oportunidades, não ficando no corredor principal de acesso ao aeroporto, mas salientando que Rio Maior não ficara longe do mesmo e que nesse sentido tudo o que fora feito para a imagem da cidade “onde valha a pena viver, trabalhar e investir”, teria de ser reforçada. Afirmou que o crescimento e o desenvolvimento de Rio Maior com a vinda do aeroporto para Ota seriam uma consequência natural face à pressão urbanística e à vinda de actividades relacionadas com a logística, com a indústria, ligadas a uma zona aeroportuária. Referiu que agora o investimento teria de ser maior, assim como a divulgação da cidade com qualidade de vida. -----

Referiu que Alcochete iria ter uma zona de protecção, porque segundo o que fora dito pelo Primeiro-Ministro, o aeroporto seria uma infra-estrutura que teria de ficar isolada e que as recomendações obrigavam a um perímetro de protecção enorme, o que traria vantagens para o Oeste, quanto maior fosse o perímetro de protecção a Alcochete. -----

Referiu, também, que ao ser criada a zona de protecção em Alcochete, não seria só o Oeste a disputar esses investimentos, mas também a Península de Setúbal e o corredor de Vendas Novas, assim como outras zonas. -----

Informou que na sequência das posições tomadas pelas Câmaras Municipais de Rio Maior, Santarém, Cartaxo, Azambuja e pelos demais Executivos dos Municípios do Oeste, havia tido lugar uma audiência com o senhor Primeiro-Ministro e que este respondera cabalmente à proposta apresentada pelos municípios acima mencionados e que consistia na constituição de um grupo de

trabalho multidisciplinar, transversal a diversas áreas do Governo para que se avaliassem os impactos da perda desta infra-estrutura e que fosse minimizado esse prejuízo para a região. E salientou que o Primeiro-Ministro assumira de imediato constituir esse grupo de trabalho, indicando que o responsável seria o Ministro das Obras Públicas, Eng. Mário Lino, tendo imediatamente agendando reuniões de trabalho, informando que a primeira teria lugar nesse mesmo dia, 23 de Janeiro, pelas 15 horas, na Associação de Municípios do Oeste. -----

Afirmou que Rio Maior “tem o trabalho de casa feito” e que não quer perder nenhuma infra-estrutura que estava prevista em termos de acessibilidades, nomeadamente o IC2 e a ligação da linha do Oeste à linha do Norte no Setil, passando por Rio Maior. Referiu que, presentemente, Rio Maior necessita de outro corredor que faça a ligação do nó da A15 de Malaqueijo ao nó da A1 no Cartaxo, sem portagem. -----

Referiu, igualmente, a necessidade dos Parques de Negócios do Vale do Tejo, onde se inclui Rio Maior, terem possibilidades competitivas. Salientou, também, que o Parque de Negócios de Rio Maior não necessitaria de qualquer apoio e que avançaria normalmente, pois era o que estava em melhores condições e não perderia competitivamente com o parque empresarial do Poceirão. Contudo, salientou a necessidade de afectar meios financeiros ao referido Parque de Negócios, nomeadamente do QREN ao apoio às infra-estruturas para que o preço por metro quadrado em termos de venda daquelas áreas baixasse significativamente. -----

Referiu, igualmente, que se quer resolver a questão das instalações da Escola Superior de Desporto, assim como a Estrada Nacional n.º 114 ao nó da A15 com o apoio do Governo. -----

Salientou, também, que se vai estar atento a outras áreas e afirmou que Rio Maior vai avançar imediatamente com um Plano Estratégico, de uma forma estruturada, pensada e com fundamentos técnicos. Afirmou, ainda, que Rio Maior não poderá baixar o investimento em tudo o que diz respeito à qualidade de vida e à promoção do concelho, tendo de existir como imagem de marca a qualidade de vida no concelho de Rio Maior. Referiu que, possivelmente, de um

crescimento urbano que era natural, teria de aparecer outra ideia para a promoção do concelho: ao nível rural, uma ruralidade de excelência. -----

Ainda no uso da palavra e sobre o questionado pelo Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, informou que Rio Maior fora visitada por agentes da Policia Judiciária, que pretendiam obter informações sobre alguns processos, dando conhecimento de que aqueles policiais foram a um gabinete de um dirigente da Câmara Municipal, obtendo cópias de alguns processos. -----

Referiu que posteriormente tivera conhecimento do que estaria em causa e que com o tempo tudo se esclareceria, salientando que, para já a situação não parecia muito preocupante, no que diz respeito ao Município de Rio Maior, mas que existia, naturalmente, alguma apreensão e expectativa sobre o desenrolar do processo.-----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

CONFERENCE EUROPEENNE – “EXECUTIF ELU ET DIRIGEANT TERRITORIAL: UN BINOME A L’EQUILIBRE FRAGILE”. -----

Foi presente à Câmara um programa, relativo à Conferência Europeia sobre “*Executif Elu et Dirigeant Territorial: Un Binome a L’Equilibre Fragile*”, que tivera lugar em Estrasburgo, nos dias 17 e 18 de Janeiro do corrente ano, numa organização conjunta da UDITE e do Conselho da Europa. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, expôs o presente assunto, referindo a presença do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Paulo Dias Jorge, neste congresso, na qualidade de Secretário-Geral da UDITE e a quem coubera apresentar as conclusões finais. Manifestou o regozijo por um dirigente da Câmara Municipal de Rio Maior desempenhar um cargo daquela importância e com tamanho prestígio. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

***LOCALIZAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE LISBOA EM ALCOCHETE -
POSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE; -----***

Foi presente à Câmara a posição dos Municípios do Oeste, datada de 15 de Janeiro, relativa à localização do Aeroporto Internacional de Lisboa em Alcochete. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que aquele fora o documento entregue ao Primeiro – Ministro e que este aceitara, sobre a posição tomada pelos municípios do Oeste, onde se incluía a constituição do grupo de trabalho. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

***ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ADENDA AO CONTRATO-
PROGRAMA; -----***

Foi presente à Câmara a informação n.º47/SASE, datada de 03 de Janeiro, relativa às Actividades de Enriquecimento Curricular – Adenda ao Contrato-Programa. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

***REQUALIFICAÇÃO URBANA DAS ENTRADAS DA CIDADE DE RIO MAIOR –
PROLONGAMENTO DA RUA PROFESSOR MANUEL JOSÉ FERREIRA –
EXPROPRIAÇÃO DA PARCELA N.º 4; -----***

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Consultadoria e Contencioso, datada de 10 de Janeiro, relativa à Requalificação Urbana das Entradas da Cidade de Rio Maior – Prolongamento da Rua Professor Manuel José Ferreira – Expropriação da Parcela n.º 4. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que este assunto se devia à expropriação litigiosa da parcela 4, para o prolongamento da Rua Professor Manuel José Ferreira. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 3/2008 – ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ADITAMENTO ANO LECTIVO 2007/08.-----

Foi presente à Câmara o despacho n.º 3/2008, datado de 15 de Janeiro, relativo ao Acordo de Cooperação para a Educação Pré-Escolar – Aditamento Ano Lectivo 2007/08. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o Despacho n.º 3/2008, pelo qual foi aprovado o aditamento para o Ano Lectivo 2007/08 do Acordo de Cooperação para a Educação Pré-Escolar. -----

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 4/2008 – PAMPOR, PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. – AMPLIAÇÃO DE UNIDADE FABRIL.-----

Foi presente à Câmara o despacho n.º 4/2008, datado de 16 de Janeiro, relativo à Ampliação de Unidade Fabril, em nome de Pampor, Produtos Alimentares, S.A., acompanhado de pareceres emitidos pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e pela Divisão de Obras Particulares. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo

que recebera um convite para visitar a citada empresa e que a mesma é um bom exemplo de investimento e da capacidade de produção no concelho de Rio Maior. Referiu que vai agendar essa visita e que gostaria que os Vereadores o pudessem acompanhar.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho nº 4 exarado pelo Sr. Presidente da Câmara a 16 de Janeiro de 2008, no qual foi determinado aprovar o projecto de ampliação de unidade fabril, de acordo com as informações supra citadas.-----

SUBSÍDIOS E APOIOS

TRANSFERÊNCIA MENSAL À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR;----

Foi presente à Câmara a informação n.º 1 da Secção de Contabilidade, datada de 09 de Janeiro, relativa à Transferência Mensal à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, expôs o presente assunto, referindo que este subsídio geralmente é aprovado em Janeiro de cada ano e que está relacionado com a possibilidade da Associação resolver uma questão de natureza social, participando despesas com actividades diversas em assistência médica e material escolar dos seus associados e descendentes. -----

Referiu que a Associação lhe dera conhecimento que, no ano de 2007, participara despesas médico-medicamentosas no valor de quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco euros e oitenta e sete cêntimos, conforme documentação anexa. Salientou que o que estava para deliberação era a atribuição de um subsídio no valor de cerca de catorze mil, duzentos e cinquenta euros, para todo o ano de 2008, pago em prestações mensais.-----

Referiu, ainda, que a Associação evidenciava uma capacidade de criação de meios financeiros complementares aos subsídios camarários, regozijando-se por

esse facto. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, manter em 2008 a atribuição de um subsídio mensal à Associação, no valor de 0,5% sobre o montante global dos vencimentos ilíquidos (remuneração base) dos trabalhadores do município, que se cifra em 1 187,50 € (mil, cento e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), nos termos da Informação da Secção de Contabilidade em apreço. -----

ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHAS DO SAL;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 11/SASE, datada de 11 de Janeiro, relativa à Atribuição de Subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a atribuição de um subsídio no valor de 980,00€ (novecentos e oitenta euros), de acordo com a informação em apreço. -----

PREPARAÇÃO DE ATLETAS PARTICIPANTES NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM/2008;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 6/DDESP, datada de 21 de Janeiro, relativa à Preparação de Atletas Participantes nos Jogos Olímpicos de Pequim/2008. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, expôs o presente assunto, referindo que o Clube de Natação de Rio Maior tinha na modalidade de natação um atleta de elite Pedro Oliveira e que tudo indicava que o atleta poderia defender de forma muito digna as cores de Portugal e da natação, nos Jogos Olímpicos de Pequim. -----

Referiu que no ano transacto fora feito um protocolo para resolver a situação do atleta e seu treinador através da Federação Portuguesa de Natação. Salientando que no presente ano também será presente à Câmara, em tempo oportuno, um

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

Protocolo com a Federação Portuguesa de Natação e com o Instituto de Desporto de Portugal, relacionado com o Centro de Alto Rendimento e que nesse sentido esperava trazer um acordo de “sinal contrário” que é um acordo que traga comparticipação financeira à Câmara Municipal de Rio Maior – Desmor. -----

Referiu, também, que o Executivo quer distinguir o Protocolo com a Federação do atleta Pedro Oliveira. -----

Afirmou que o Protocolo que existia com a Federação Portuguesa de Natação terminara em Dezembro e que o treinador do atleta mencionado trabalhava todos os dias e que conviria receber mensalmente. Referiu que o Clube de Natação de Rio Maior não tinha condições financeiras para proceder ao pagamento do referido técnico, daí que o Clube tenha solicitado à Autarquia apoio financeiro, para manter a preparação atlética dos atletas. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, atribuir ao Clube de Natação de Rio Maior um apoio financeiro, no valor global de 36.300,00€ (trinta e seis mil e trezentos euros), a pagar mensalmente, no valor de 3.025,00€ (três mil e vinte e cinco euros), no âmbito da preparação de atletas participantes nos Jogos Olímpicos de Pequim/2008. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

CANIL MUNICIPAL; -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Consultadoria e Contencioso, datada de 12 de Dezembro de 2007, relativa ao Canil Municipal.----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, expôs o presente assunto, referindo que a Câmara teria de assumir as suas responsabilidades, felicitando o Vereador João Teodoro Miguel por ter dado andamento a este trabalho para que se conseguisse resolver o problema dos animais em Rio Maior, salientando a urgência devido à saúde pública dos riomaiorenses. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

O Vereador António Manuel Rola interveio, referindo ter conhecimento das más condições do canil municipal, salientando que o mesmo, na sua opinião, era um depósito de animais, com falta de organização. -----

Congratulou-se pela Câmara estar a tentar fazer algo que resolva aquela situação, porque os animais não têm culpa que os donos os desprezem e não os cuidem. Salientando que os cães eram depositados no canil, com falta de cuidados higieno-sanitários e do acompanhamento necessário do veterinário. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a intervir, referindo que o canil municipal tinha qualidade razoável e que as instalações tinham sido feitas de acordo com todas as recomendações técnicas existentes. Salientou que o problema existente no canil era apenas um problema de gestão, referindo a necessidade de verificar quais as funções e as responsabilidades da Câmara, pois as que lhe assistiam era garantir a salubridade e a saúde pública, não obstante não se querer tratar mal os animais. -----

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, afirmando existir uma proliferação de animais abandonados no concelho e queixas semanais de munícipes, quer no Município quer na Delegação de Saúde. -----

Informou que se estava a tentar de uma forma racional dar dignidade aos animais, implementando medidas de gestão e de organização, nomeadamente medidas veterinárias que permitissem que progressivamente se eliminassem aquelas situações, para que os animais não sejam também um perigo para a saúde pública. -----

O Vereador, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano, interveio, referindo ser notório e não beneficiando em nada a imagem da cidade de Rio Maior, o que se tem passado, nos últimos meses, no que respeita aos animais. -----

Referiu que gostar de animais não era gostar de os ver em matilhas a percorrer a cidade, com consequentes espectáculos degradantes para uma cidade. -----

Sugeriu que se encontrasse uma solução para resolver o assunto, respeitando os

direitos dos animais e tendo em atenção que se deveriam salvaguardar os próprios interesses dos seres humanos, em termos de saúde pública e de qualidade de vida de uma cidade. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, revogar a deliberação do Executivo Municipal de 11 de Agosto de 2003, tendo em vista manter a gestão do canil sob responsabilidade do Veterinário Municipal e devendo este indicar os recursos necessários para o normal funcionamento do espaço. -----

Mais deliberou por unanimidade, agendar reunião com a Associação Riomaioense de Protecção de Animais, no sentido de dar execução à presente decisão. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM “GATO PRETO OU REGATO”, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE SANDRA AZENHA (SOLICITADORA);-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em “Gato Preto ou Regato”, Freguesia de Rio Maior, em nome de Sandra Azenha (Solicitadora), acompanhado de informação do Sector de Informação Geográfica, Topografia, Cartografia e Desenho, parecer do Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que a não vê inconveniente no negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM “CASAL DA CUMEIRA”, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ROSARIA REBELO (SOLICITADORA);-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em

“Casal da Cumeira”, Freguesia de Rio Maior, em nome de Rosaria Rebelo (Solicitadora), acompanhado de informação do Sector de Informação Geográfica, Topografia, Cartografia e Desenho, parecer do Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que a não vê inconveniente no negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFIGURAÇÃO DE PRÉDIO, EM VALE DE ÓBIDOS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE RAQUEL BARBOSA (SOLICITADORA); --

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Configuração de Prédio, em Vale de Óbidos, Freguesia de Rio Maior, em nome de Raquel Barbosa (Solicitadora), acompanhado de informação do Sector de Informação Geográfica, Topografia, Cartografia e Desenho, parecer do Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que qualquer diferença de áreas que possa existir no prédio em apreço, não resulta de qualquer ocupação do domínio público nem sequer de nenhuma alteração aos limites da estrada, nem de nenhuma alteração aos limites do mesmo. -----

Saiu neste momento da sala de reuniões de Câmara a Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLICIA, NA RUA DUQUE DE COIMBRA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOÃO SEQUEIRA FRÓIS

FIGUEIREDO;-----

Foi presente à Câmara um pedido de Atribuição de Número de Policia, na Rua Duque de Coimbra, Freguesia de Rio Maior, em nome de João Sequeira Fróis Figueiredo, acompanhado de informação do Sector de Informação Geográfica, Topografia, Cartografia e Desenho, parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho emitido pelo Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, atribuir para o prédio em apreço o número de polícia 1-A. -----

Entrou neste momento na sala de reuniões de Câmara a Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLICIA, NA RUA DA ESPERANÇA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA DE LURDES DE FIGUEIREDO MADEIRA VERÍSSIMO;-----

Foi presente à Câmara um pedido de Atribuição de Número de Policia, na Rua da Esperança, Freguesia de Rio Maior, em Nome de Maria de Lurdes de Figueiredo Madeira Veríssimo, acompanhado de informação do Sector de Informação Geográfica, Topografia, Cartografia e Desenho, parecer emitido pela Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho emitido pelo Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, atribuir para o prédio em apreço o número de polícia 14. -----

TAXAS E LICENÇAS

CEMITÉRIO MUNICIPAL DE RIO MAIOR – RECONHECIMENTO DA TITULARIDADE REFERENTE À SEPULTURA PERPÉTUA N° 115, TALHÃO 3;-----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Consultadoria e Contencioso, datada de 8 de Janeiro, relativo ao Cemitério Municipal de Rio Maior – Reconhecimento da Titularidade Referente à Sepultura Perpétua Nº 115, Talhão 3. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que se tratava da Câmara exercer o reconhecimento do direito à concessão da sepultura n.º 115. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, em face do parecer emitido, reconhecer o direito à concessão da sepultura nº 115 a favor de Maria Dolores Santos Lopes Carvalho. -----

CEMITÉRIO MUNICIPAL – NOVAS SEPULTURAS; -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Administrativa, datada de 9 de Janeiro, relativo ao Cemitério Municipal – Novas Sepulturas. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que na sequência de um trabalho desenvolvido, verificara-se a possibilidade de aumentar de forma significativa o número de sepulturas do cemitério municipal. Referiu que essas 28 sepulturas poderiam ser consideradas perpétuas, podendo ser objecto de venda, o que permitiria algum encaixe financeiro, ajudando a financiar alguns investimentos que estavam a ser feitos no próprio cemitério. -----

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, referindo que este era um assunto delicado, informando que existiam cerca de 171 pedidos de cedência de terrenos, salientando ser difícil satisfazer de imediato as pretensões dos proponentes. Contudo, não mexendo nos talhões, que eram temporários, existia a possibilidade de crescer mais 28 sepulturas a um talhão que já estava todo vendido. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

Salientou ser uma forma de rentabilizar o cemitério e simultaneamente fazer valer o direito das pessoas a comprar a sepultura perpétua. Referiu existirem casos complicados e que, enquanto o cemitério novo não for uma realidade, tentar-se minimizar os problemas das pessoas, dignificando também aquele espaço. -----

O Vereador António Manuel Rola interveio, referindo que quando se faz um convite a um Vereador que não seja do partido que ganhara as eleições, o “pelouro” que se atribui é normalmente o cemitério, o saneamento básico e todas as matérias que se consideravam “os parentes pobres da política”. Salientou que o cemitério é algo que diz respeito a todos e que esperava que o Vereador a quem fora atribuído o “pelouro” fizesse no Cemitério uma intervenção de fundo, com qualidade e onde houvesse um bom ambiente, porque se necessitava que existissem condições, tanto nas casas de banho, como nos acessos, como no alindamento do mesmo. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a intervir, referindo que o cemitério era uma área tão digna como qualquer outra e que ele próprio já tivera esse pelouro e que não era menos digno a gestão dos cemitérios do que qualquer outra área da gestão municipal. -----

Referiu, igualmente, que a gestão municipal tinha áreas distintas e que essas áreas existiam para resolver problemas de pessoas, salientando que se estavam a tentar encontrar soluções para o cemitério e para outras áreas e que a distribuição das tarefas é da responsabilidade da Câmara e do Presidente da Câmara. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, em face do parecer emitido, autorizar a disponibilização de mais 28 sepulturas perpétuas no talhão 16 no Cemitério Municipal de Rio Maior. -----

ÁREA FINANCEIRA

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM – TRANSFERÊNCIA PARA O ANO DE 2008;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 4 da Secção de Contabilidade, datada de 11 de Janeiro, relativa à Assembleia Distrital de Santarém – Transferência para o Ano de 2008.-----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo ser o contributo da Câmara para a Assembleia Distrital de Santarém e que o mesmo estava relacionado com a colónia de férias da Nazaré.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o pagamento da referida transferência, para o ano de 2008, no valor de 409,01 € (quatrocentos e nove euros e um cêntimo) / mês. -----

QUOTIZAÇÃO PARA O ANO DE 2008;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 3 da Secção de Contabilidade, datada de 11 de Janeiro, relativa à Quotização para o Ano de 2008. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o pagamento das quotas, para o ano de 2008, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, Casa do Ribatejo e Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, nos termos e valores propostos na informação em apreço. -----

PROTOCOLO COM O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO” – TRANSFERÊNCIA;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 5 da Secção de Contabilidade, datada de 11 de Janeiro, relativa ao Protocolo com o Centro de Educação Especial “O

Ninho” – Transferência. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a transferência para o Centro de Educação Especial “O Ninho”, durante o ano de 2008, nos termos propostos na informação em apreço. -----

CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARA A ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE LOTES DE SUCATA; -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Financeira, datada de 07 de Janeiro, relativa à Constituição de Comissão para a Alienação em Hasta Pública de Lotes de Sucata.-----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo a necessidade de alienar alguma sucata que se encontrava no estaleiro municipal e que se não fossem criadas medidas seriam roubados. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, designar como membros para a comissão pública de lotes de sucata, os funcionários, Ricardo Nuno Bento Rosário, Chefe de Divisão de Obras Municipais, Henrique Manuel Morais Granada, Chefe de Armazém e José Fernando Bernardo Delgado, Mecânico Principal. -----

EDUCAÇÃO E CULTURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – PAGAMENTO DE REFEIÇÕES DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE RIO MAIOR N.º 1 À EBI MARINHAS DO SAL; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 16/SASE, datada de 15 de Janeiro, relativa ao Acordo de Cooperação para a Educação Pré-Escolar – Pagamento de Refeições do Jardim-de-Infância de Rio Maior n.º 1 à EBI Marinhas do Sal.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a despesa no valor estimado de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

18.000,00€ (dezoito mil euros), para o presente Ano Económico de 2008, nomeadamente 2º. e 3º. Período 2007/08 e 1º. Período de 2008/09, para pagamento das refeições do Jardim-de-infância de Rio Maior nº. 1 à EBI Marinhas do Sal. -----

PAGAMENTO DE REFEIÇÕES DOS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO ÀS EBIS MARINHAS DO SAL E FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA – ANO ECONÓMICO 2008;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 18/SASE, datada de 15 de Janeiro, relativa ao Pagamento de Refeições dos Alunos do Ensino Básico às EBIS Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira da Silva – Ano Económico 2008. --

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a despesa no valor estimado de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), para o presente Ano Económico de 2008, nomeadamente 2º. e 3º. Período 2007/08 e 1º. Período de 2008/09, para pagamento de refeições dos alunos do Ensino Básico às EBIS Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira da Silva. -----

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE RIO MAIOR – ANO LECTIVO 2007/2008 – TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – DEZEMBRO/2007; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 20/SASE, datada de 15 de Janeiro, relativa ao Fornecimento de Refeições aos Alunos do Ensino Pré-Escolar do Concelho de Rio Maior – Ano Lectivo 2007/2008 – Transferências para as Juntas de Freguesia – Dezembro/2007. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, conforme especificado na informação em referência, relativamente ao fornecimento de refeições durante o mês de Dezembro/2007, aos alunos do Ensino Pré-Escolar, no valor total calculado em 4.747,50€ (quatro

mil, setecentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos). -----

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE RIO MAIOR – ANO LECTIVO 2007/2008 – TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – DEZEMBRO/2007; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 20/SASE, datada de 15 de Janeiro, relativa ao Fornecimento de Refeições aos Alunos do Ensino Básico do Concelho de Rio Maior – Ano Lectivo 2007/2008 – Transferências para as Juntas de Freguesia – Dezembro/2007. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, conforme especificado na informação em referência, relativamente ao fornecimento de refeições durante o mês de Dezembro/2007, aos alunos do Ensino Básico, no valor total calculado em 3.630,00€ (três mil, seiscentos e trinta euros). -----

TRANSPORTES ESCOLARES – ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA – 2.º E 3.º PERÍODO LECTIVO 2007/2008; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 15/SASE, datada de 15 de Janeiro, relativa aos Transportes Escolares – Aluno Portador de Deficiência – 2.º e 3.º Período Lectivo 2007/2008. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o transporte do aluno João Pedro Anunciação, portador de deficiência, para o 2º e 3º período lectivo 2007/08, pelo taxista Sr. Luís Santos, no valor estimado de 1.050,00€ (mil e cinquenta euros), conforme informação em apreço. -----

TRANSPORTES ESCOLARES – PAGAMENTOS À RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.; -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 3/SASE, datada de 07 de Janeiro, relativa aos Transportes Escolares – Pagamentos à Rodoviária do Tejo, S.A. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a despesa estimada no valor de 371.406,00€ (trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e seis euros), para o ano económico de 2008, conforme informação em apreço.-----

TRANSPORTES ESCOLARES – PAGAMENTOS A ESTABELECIMENTOS DE ENSINO;

Foi presente à Câmara a informação n.º 5/SASE, datada de 07 de Janeiro, relativa aos Transportes Escolares – Pagamentos a Estabelecimentos de Ensino.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a despesa no valor previsível de 10.000,00€ (dez mil euros), para o ano económico de 2008, conforme informação em apreço.-----

TRANSPORTES ESCOLARES – ALUNOS QUE FREQUENTAM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FORA DO CONCELHO;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 6/SASE, datada de 07 de Janeiro, relativa aos Transportes Escolares – Alunos que Frequentam Estabelecimentos de Ensino Fora do Concelho.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a despesa no valor previsível de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), para o ano civil de 2008, conforme informação em apreço.-----

PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR E COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO – ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 198/SASE, datada de 10 de Dezembro, relativa à proposta de Acordo de Colaboração a Celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior e com os Agrupamentos de Escolas do Concelho –

Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a celebração com a Santa Casa da Misericórdia, com o Agrupamento Vertical Fernando Casimiro Pereira da Silva e com o Agrupamento Vertical Marinhas do Sal, do Acordo de Colaboração, cujo objecto refere-se ao desenvolvimento diária das Actividades de Enriquecimento Curricular, no período pós-lectivo, no Centro Infantil “O Ninho”, nos termos mencionados na informação em apreço.-----

DESPORTO E JUVENTUDE

8.º TORNEIO INTERNACIONAL DO VALE DO TEJO;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 3/DDESP, datada de 15 de Janeiro, relativa ao 8.º Torneio Internacional do Vale do Tejo. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, expôs o presente assunto, aproveitando para convidar todos os Vereadores a estarem presentes no jogo: Portugal – vencedor/vencido do Jogo Ucrânia – Suécia, que se realizará no próximo dia 06 de Fevereiro.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar a Associação de Futebol de Santarém na realização do 8.º Torneio Internacional do Vale do Tejo, suportando custos no valor de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), referente aos encargos mencionados na informação em apreço.-----

CONTRATO-PROGRAMA/2008 A CELEBRAR COM A UNIÃO DESPORTIVA DE RIO MAIOR;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 1/DDESP, datada de 08 de Janeiro, relativa ao Contrato-Programa/2008 a Celebrar com a União Desportiva de Rio Maior.-----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que no ano anterior e por dificuldades de natureza financeira e fiscal, o União Desportiva de Rio Maior ficara impedido de ser apoiado financeiramente pela Câmara. -----

Salientou que a Câmara, neste momento, tinha condições legais para decidir o apoio, informando que durante três meses o Clube estava em condições de fazer o levantamento do subsídio e que se fosse cumprindo o acordo fiscal teria condições de até ao final do corrente ano resolver a sua situação. -----

Referiu, ainda, que neste ano desportivo o Clube já tinha investimentos feitos e a decorrer, salientando que se a Câmara adiantasse o dinheiro para todo o ano desportivo poderia vir a ser questionado, pelo que a Câmara decidira prestar um apoio mensal pela época desportiva em falta. -----

Afirmou que a direcção do União Desportiva de Rio Maior era composta por pessoas responsáveis e que se esforçavam por cumprir. Salientou, igualmente, que se a Câmara fizesse a atribuição do subsídio permitia-lhes usufruir de um direito que tinham e simultaneamente cumprirem as suas obrigações fiscais.

Referiu que não asfixiando o clube, se permitisse que o mesmo cumprisse as suas obrigações fiscais, e saísse da crise directiva e financeira em que se encontrava. --

Referiu, ainda, que este subsidio fora presente, nesta data, à Câmara pelas dificuldades financeiras em que se encontrava e porque no ano transacto não tivera nenhum apoio financeiro por parte da Câmara Municipal, salientando ser seu propósito que este contrato-programa fosse presente à Câmara na mesma data que os outros contratos-programa. -----

O Vereador António Manuel Rola interveio, referindo que todos tinham conhecimento que as Câmaras estavam condicionadas nos apoios aos clubes, apenas podendo dar apoios para formação. Salientando que o União Desportiva de Rio Maior estava a dar formação no futebol sénior. Afirmou que existia a possibilidade de formar futuros grandes jogadores, independentemente de serem pessoas ou não de Rio Maior. Referiu que presentemente o clube tinha uma

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

filosofia de formação, afirmando que, na sua opinião, a Câmara não se poderia alhear dessa actividade relevante, porque a lei permitia apoiar o que era formação e que neste momento existiam riomaiorenses e pessoas que, de uma forma voluntária e corajosa, tentavam manter aquele clube “de pé”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a União Desportiva de Rio Maior, bem como a autorização para transferência da verba de 49.500,00€ (quarenta e nove mil e quinhentos euros), respeitante ao ano de 2008, a pagar em prestações mensais de Janeiro a Junho, no valor de 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta euros), cada. Os pagamentos, estão condicionados à apresentação da Declaração da Situação Tributária regularizada, aplicando-se o disposto no artigo 17º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro. -----

TASQUINHAS 2008

HASTA PÚBLICA PARA DIVERTIMENTOS NAS TASQUINHAS 2008;-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 1/Feiras, datada de 18 de Janeiro, relativa à Hasta Pública para Divertimentos nas Tasquinhas 2008. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a abertura de Hasta Pública relativa aos divertimentos para as Tasquinhas 2008, de acordo com a Memória Descritiva em anexo e nomear os elementos para integrarem a Comissão de Abertura da mesma. -----

OBRAS E LOTEAMENTOS PARTICULARES

PROCESSO N.º 996/2006 – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - ESPAÇO 2R – URBANIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES, LDA. – APROVAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO;-----

Foi presente à Câmara o Processo n.º 996/2006, em nome de Espaço 2R –

Urbanizações e Construções, Lda., relativo à Aprovação de Obras de Urbanização, acompanhado de pareceres emitidos pela Divisão de Obras Particulares e despacho emitido pelo Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, aprovar os projectos de obras de urbanização (infra estruturas) apresentados. -----

Mais deliberou por unanimidade, notificar a firma requerente para, no prazo de 1 ano, requerer emissão do respectivo alvará de loteamento em conformidade com o disposto no artigo 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/01, de 04 de Junho.-----

REQUERIMENTO N.º 3805/2006 - VALE MARINHAS, FREGUESIA DO OUTEIRO DA CORTIÇADA - LUDOVINA JESUS PEREIRA - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VEDAÇÃO;-----

Foi presente à Câmara o Requerimento n.º 3805/2006, em nome de Ludovina Jesus Pereira, relativo ao Pedido de Autorização para Vedação, acompanhado de pareceres emitidos pela Divisão de Consultadoria e Contencioso e despacho emitido pelo Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo tratar-se de um prédio onde existia um contencioso com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal, sobre a propriedade dos limites de terreno.-----

Referiu que, nesse sentido, existia um parecer do Jurista Dr. Vítor Baptista que aconselhava a que efectivamente a Câmara decidisse pela intenção de indeferimento do pedido de autorização para vedação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, indeferir o pedido de autorização para vedação. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Acta n.º 1/2008, datada de 11 de Janeiro. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a presente Acta. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, usou da palavra, para convidar os Vereadores a estarem presentes na instalação do Concelho Municipal de Desporto, que terá lugar no dia 25 de Janeiro, pelas 19 horas.-----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA. -----

O munícipe João Narciso Verde da Costa, iniciou a sua intervenção, reportando-se ao Bairro Social de Vale de Óbidos e à sua envolvente, questionando se o orçamento para 2008 estava dotado com valores para a realização da envolvente do citado Bairro Social. -----

Reportou-se ao certame das Tasquinhas 2008, nomeadamente à parceria com a Associação Empresarial do concelho de Rio Maior, questionando se também é da responsabilidade daquela Associação a fiscalização no âmbito da restauração. ----

Reportou-se, igualmente, à visita da Policia Judiciária a Rio Maior, questionando se de facto tinha sido apreendido material informático, quer pessoal, quer do próprio município. -----

Pediu também informação sobre o que está projectado para os antigos armazéns Dom Teodósio. -----

Quanto à sinalização, referiu conhecer as últimas alterações ao código da estrada, referindo surpreender-se pela forma como foram colocados na Avenida Paulo VI

sinais de proibição de inversão de marcha, quando a mesma tem o seu trajecto definido. -----

Salientou que no capítulo dos sinais, e dado ser uma artéria de grande fluxo de trânsito, seria mais simples, na sua opinião, eliminar muitos sinais se existisse uma proibição superior a 30 KM/hora. Assim, eliminavam-se uma série de sinais informativos, sugerindo que a GNR fizesse fiscalização de velocidade de trânsito. -----

O Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, reportando-se ao Bairro Social de Vale de Óbidos, referindo não ter presente se o orçamento contempla a envolvente do Bairro, salientando que iria consultar e que depois o informaria. -----

Quanto às Tasquinhas, referiu que o Vereador Manuel António dos Reis Brites o iria esclarecer sobre a parceria entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Associação Empresarial. -----

No que se refere à vinda da Polícia Judiciária à Câmara de Rio Maior, informou que não fora apreendido qualquer material, tendo apenas sido tiradas cópias de alguns documentos. -----

Quanto às Caves Dom Teodósio, referiu que a Câmara solicitara algumas demolições numa zona que estava insegura, salientando que fora falado com o proprietário no sentido de fazer a demolição de edifícios degradados e limpar aquela zona, de modo a permitir utilizar aquele espaço como estacionamento gratuito para os riomaiorenses, enquanto não avançarem com outros projectos para o local. -----

Relativamente à sinalização na Av. Paulo VI, referiu, também concordar, que existem sinais de trânsito em excesso, mas que fora um projecto aprovado por técnicos competentes. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE JANEIRO DE 2008

O Vereador Manuel António dos Reis Brites interveio, reportando-se à parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Empresarial do concelho de Rio Maior, salientando que a mesma será só para a parte comercial e que a parte da fiscalização das Tasquinhas é apenas da responsabilidade do município e não vai existir qualquer alteração. Mencionou que a parceria se refere apenas ao primeiro andar do Pavilhão Multiusos, na nave sul, porque a norte está ocupado com as instalações da Escola Superior de Desporto. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas o Presidente, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Paulo António Pardal Dias Jorge, Licenciado, Director de Departamento de Administração Geral, que a redigi. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

O DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: _____